



**COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA
COORDENAÇÃO DA MONOGRAFIA
MONOGRAFIA**

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E SUAS
INFLUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES
SOCIAIS NA INFÂNCIA**

**ILHÉUS, BAHIA
2020**



FACULDADE DE ILHÉUS
COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA
COORDENAÇÃO DA MONOGRAFIA
MONOGRAFIA

MARIA HELENA GUIMARÃES PENNA

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E SUAS
INFLUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES
SOCIAIS NA INFÂNCIA

Monografia (Artigo científico) entregue para acompanhamento como parte integrante das atividades de TCC II do Curso de Psicologia da Faculdade de Ilhéus.

ILHÉUS, BAHIA
2020

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NO
DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS NA INFÂNCIA**

MARIA HELENA GUIMARÃES PENNA

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Dayane Mangabeira Santana Dias - Especialista
Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Orientadora)**

**Prof.^a Alba Mendonça Alves - Mestra
Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Avaliador I)**

**Prof.^a Indira Vita Pessoa - Mestra
Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Avaliador II)**

“Há três modos gerais para conduzir as relações interpessoais. O primeiro é considerar somente a si mesmo desconsiderando os outros... O segundo é sempre colocar os outros antes de você... O terceiro é a regra de ouro... considerar a si mesmo e também os outros”.

Joseph Wolpe

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus razão do meu viver. Paz para minha alma, Serenidade para minha mente, Luz para meu caminho. Que me presenteou com o dom da vida e tem me dando força, coragem, sabedoria e discernimento para ultrapassar e vencer os obstáculos, rumo à concretização das minhas realizações.

Aos meus pais, Bernardino Oliveira Penna (*In memorian*) e Nadir Guimarães Penna (*In memorian*) por ser a base do que hoje, eu sou.

Ao meu filho Igor Guimarães Messias dos Santos, carne da minha carne, sangue do meu sangue, amor incondicional da minha vida.

À Jakson Messias dos Santos, que me deu o melhor presente da minha vida, meu filho. E me proporcionou o exercício do mais sublime dom: a maternidade.

À minha família pelo carinho em atos concretos de cuidados recebidos.

À esta Instituição por nome de Faculdade de Ilhéus, sua direção, administração, corpo docente e demais funcionários que possibilitaram a abertura de uma nova janela em minha mente, onde hoje eu posso vislumbrar um novo viver pautado na qualidade e da ética que aqui encontrei.

À minha orientadora, Dayane Mangabeira Santana Dias, por ter-me disponibilizado seu tempo, por ter compartilhado comigo sua experiência e sabedoria, pelos desafios colocados e pelas sugestões ofertadas, pela sua compreensão e seu apoio em todos os momentos desta construção. E, em especial, por ter-me abrilhantado com o seu profissionalismo.

Aos meus colegas pelo companheirismo e pela amizade que nos une.

E a todas as pessoas que de forma direta ou indireta fazem parte nesta realização. A minha mais profunda e sincera gratidão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. REVISÃO DE LITERATURA	09
2.1. PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E ESTILOS PARENTAIS.....	09
2.2. HABILIDADES SOCIAIS	13
2.3. INTERRELAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS NA INFÂNCIA	19
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS	24

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS NA INFÂNCIA

PARENTAL EDUCATIONAL PRACTICES AND THEIR INFLUENCES ON THE DEVELOPMENT OF SOCIAL SKILLS IN CHILDHOOD

Maria Helena Guimarães Penna¹, Dayane Mangabeira Santana Dias²

1. Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ilhéus, Cesupi. Ilhéus – Bahia. helena_penna@hotmail.com

2. Docente da Faculdade de Ilhéus, Cesupi. Ilhéus – Bahia. Formada em Psicologia pela UNIT - Universidade Tiradentes em 2004/1(bacharelado e licenciatura), especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental, Educação Infantil e Saúde Mental. Possui experiência na área Social, Organizacional e de Psicologia Clínica, com ênfase em Psicologia Cognitivo-Comportamental. dayanemangabeira@yahoo.com.br

RESUMO

As práticas educativas parentais e suas influências no desenvolvimento das habilidades sociais na infância referem-se às estratégias utilizadas pelos pais e seus efeitos na educação, na socialização e na promoção do desenvolvimento das crianças. As relações que os pais procuram vincular com seus filhos são caracterizadas pela preocupação que eles têm no cuidar, o que termina por resultar num conjunto próprio de condutas. Este estudo visou descrever a inter-relação existente entre as práticas parentais e o desenvolvimento das habilidades sociais infantis. Bem como, conceitualizar as práticas educativas parentais e as habilidades sociais; classificar os tipos de estilos parentais e averiguar a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades sociais na infância. Para tanto, foram coletados dados de duas obras literárias, Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenções de Maycoln L. M. Teodoro; Makilim Nunes Batista e Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática de Zilda A. P. Del Prette e Almir Del Prette, bem como de trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, artigos, revistas e periódicos científicos. Esses materiais possibilitaram apontar a importância das práticas educativas parentais indutivas para o desenvolvimento infantil. Pois pais que utilizam estratégias indutivas têm maior probabilidade de alcançar êxitos na educação dos filhos, mostrando a estes os resultados de seus próprios comportamentos e chamando a atenção destes para as regras que o contexto exige. No mais, toda essa interação é perpassada pelos estilos parentais e pelas habilidades sociais educativas dos pais. Logo, pode-se concluir que, na contemporaneidade, do mundo ocidental, as famílias não se encontram caracterizadas simplesmente pela forma como se constituem, mas sim pelas especificidades, habilidades e pela forma como os membros estabelecem seus laços afetivos e suas inter-relações, de forma que todos possam ocupar um lugar próprio no universo parental.

Palavras-chave: Contexto familiar, Laços afetivos, Práticas educativas, Habilidades educativas.

ABSTRACT

Parental educational practices and their influences on the development of social skills in childhood refer to the strategies used by parents and their effects on education, socialization and the promotion of children's development. The relationships that parents seek to link with their children are characterized by their concern in caring, which ends up resulting in their own

set of behaviors. This study aimed to describe the interrelationship between parental practices and the development of children's social skills. As well as conceptualizing parental educational practices and social skills; classify the types of parenting styles and investigate the learning and development of social skills in childhood. Data from two literary works were collected: theory, evaluation and interventions by Maycoln L. M. Teodoro; Makilim Nunes Batista and Psychology of social skills in childhood: theory and practice of Zilda A. P. Del Prette and Almir Del Prette, as well as course completion papers, master's dissertations and doctoral theses, articles, journals and scientific journals. These materials made it possible to point out the importance of inductive parental educational practices for child development. Because parents who use inductive strategies are more likely to achieve successes in their children's education, showing them the results of their own behaviors and drawing their attention to the rules that the context requires. Moreover, all this interaction is permeated by the parenting styles and educational social skills of the parents. Therefore, it can be concluded that, in contemporary times, in the Western world, families are not characterized simply by the way they constitute themselves, but by the specificities, abilities and the way in which members establish their affective bonds and their interrelations, so that everyone can occupy their own place in the parental universe.

Keywords: Family context, Affective ties, Educational practices, Educational skills.

1 INTRODUÇÃO

No início do século XX, no mundo ocidental, as atitudes e as convicções sobre a forma de criar os filhos mantinham forte ligação com a Igreja, e era comum, a mãe criar os filhos da mesma maneira que havia sido criada. Os pais, por sua vez, obtinham o controle dos filhos e, conseqüentemente, a submissão destes, através de castigos severos. Para os pais os elogios não eram importantes e suas ordens não eram questionadas, pois eles consideravam que o cumprimento das regras era o fundamental para os padrões da sociedade. Nos anos 50 e 60, desde mesmo século, os pais ainda davam muita importância ao controle sobre os filhos, porém com o advento da psicologia, onde se colocava em questões diversos conceitos sobre os mais variados assuntos, as punições mais severas já não encontravam tanto incentivo como condutas disciplinares em relação à educação e desenvolvimento infantil (CASSONI, 2013).

Desta maneira, percebe-se que os cuidados infantis sempre foram foco numa sociedade. Porém os métodos de educar e a quem se destinava essas responsabilidades foram sendo modificadas ao longo do tempo.

Segundo Oliveira et al (2008) a família constitui-se como um núcleo de formação da sociedade e do desenvolvimento humano. Ela também se constitui como parte relevante na promoção da saúde afetiva de seus membros, tendo como finalidade o cuidado, a proteção e o bem-estar de todos eles.

É importante salientar que a concepção de família está diretamente relacionada à história da civilização como fruto de um sentimento natural que traduz a necessidade do homem em instituir relações de afeto de maneira constante (VIANA, 2017).

Sendo assim, a família é um universo rico em laços afetivos e intercâmbios de ajuda em várias competências e, também, o principal veículo de socialização, influenciando na aquisição de normas, valores e habilidades sociais favoráveis a cada cultura. Portanto, instituindo-se como um espaço importante na vida dos indivíduos (RABELO e NERI, 2015).

Com relação à aquisição das habilidades sociais, Guerra e Del Prette (2018) afirmam que são categorias de comportamentos sociais do ser humano que tem como função contribuir para a sua competência interativa, dando-lhe a possibilidade de se relacionar de forma produtiva e saudável com as demais pessoas. Logo, o desenvolvimento das habilidades sociais é de suma importância para as relações familiares.

Nesse sentido quais as concepções que as famílias, na contemporaneidade do mundo ocidental, possuem em relação às escolhas das suas práticas educativas parentais, e como essas práticas educativas podem influenciar o desenvolvimento das habilidades sociais infantis. Parte-se da hipótese de que as concepções que as famílias têm para escolher suas práticas educativas estão baseadas dos estilos parentais, bem como das habilidades sociais educativas parentais, visto que esses dois constructos podem ser transmitidos aos descendentes.

Dai, e diante da necessidade de se obter mais pesquisas brasileiras que investigue as práticas educativas parentais e suas influências do desenvolvimento nas habilidades sociais na infância, tornou-se viável a construção de um projeto de pesquisa no tema.

Esta lacuna acadêmica motivou o projeto, sendo importante destacar o vínculo profissional que a autora, enquanto futura graduada, possui com o tema. E que foi efetivado através da sua experiência, desde o 5º semestre do curso de Psicologia, quando a autora iniciou os estágios estabelecidos pela instituição de ensino superior, em que ela é discente.

Logo, a divulgação de mais pesquisas brasileiras sobre as práticas educativas parentais e suas influências no desenvolvimento das habilidades sociais na infância é importante para a Psicologia no Brasil. A presente pesquisa promove a difusão do tema, estabelecendo aspectos essenciais para sua investigação.

Espera-se, então, atrair a atenção e incentivar estudantes e profissionais psicólogos a contribuírem com a elaboração de novas pesquisas sobre o tema.

Perante o panorama descrito, esta pesquisa tem como objetivo geral descrever a inter-relação das práticas educativas parentais e suas influências no desenvolvimento das habilidades sociais na infância, bem como conceitualizar as práticas educativas parentais e as habilidades

sociais; classificar os tipos de estilos parentais e averiguar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades sociais na infância.

Desta maneira, para investigar o processo evolutivo e crítico da relação entre pais e filhos com conhecimento científico, que possibilite a aquisição de um grau mais elevado da escala do saber teórico, este trabalho foi elaborado mediante a técnica de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, do tipo descritivo ao qual, através desta estrutura, pode-se compreender a influência da inter-relação familiar, tendo como objeto de pesquisa as práticas educativas parentais e suas influências no desenvolvimento das habilidades sociais na infância. Para tal, fez-se necessário a interpretação de dois livros, Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenções de Maycoln L. M. Teodoro e Makilim Nunes Batista e Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática de Zilda A. P. Del Prette e Almir Del Prette, bem como de trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos, revistas e periódicos científicos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E ESTILOS PARENTAIS

No século VII a. C. as questões referentes à educação eram de competência dos filósofos e dos religiosos. Perdurando-se, assim, por um longo tempo. Todavia, a partir do século XX d.C., o interesse por estas questões passaram, fortemente, para mãos dos antropólogos, sociólogos, pedagogos e psicólogos; que terão início a intensas pesquisas nesta área. Assim, os estudos referentes às práticas educativas parentais tiveram um salto qualitativo (MONTANDON, 2005).

As práticas educativas referem-se às estratégias empregadas pelos pais para alcançar metas especiais nos domínios, acadêmico, social e afetivo, sob estabelecidas situações e âmbitos. Constituem-se instrumentos dessas práticas, a aplicabilidade de explicações, de recompensas ou punições (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003).

Segundo Vieira (2016), falar de práticas educativas parentais é fazer alusão às estratégias utilizadas pelos pais na promoção do desenvolvimento de valores, bem como no controle das atitudes dos filhos. Desta forma, no decorrer da vida dos filhos, os pais fazem uso de diversas métodos e habilidades com a finalidade de orientar seus comportamentos, procurando estimular as condutas apropriadas e desestimular as condutas inapropriadas.

As práticas educativas parentais usadas pelos pais na educação das crianças, podem ser classificadas como práticas educativas parentais coercitivas e práticas educativas parentais não coercitivas em relação aos efeitos produzidos no comportamento infantil (MONDIN, 2008).

Pesquisas realizadas na década de 70, no século XX, trouxeram a classificação das práticas educativas em duas categorias: práticas educativas indutivas e práticas educativas coercitivas (MONTANDON, 2005). Já na década de 80, desde mesmo século foram concluídas outras pesquisas que apontavam as especificidades dos pais em relação ao uso das práticas educativas. Sendo assim, pais que valorizavam a autonomia e a responsabilidade dos filhos faziam uso de práticas educativas pouco coercitivas, para que a criança pudesse explorar o ambiente. Por outro lado, os mesmos estudos diziam que, pais que preferiam a consonância, utilizavam-se de práticas educativas mais coercitivas, mantendo a disciplina e o controle das crianças (MONTANDON, 2005).

A partir destas pesquisas, Cassoni (2013), estabeleceu duas divisões para o conjunto das estratégias educativas aplicadas pelos pais. Que são as estratégias indutivas e as estratégias coercitivas. A finalidade das duas estratégias é de transmitir às crianças o desejo dos pais, tais como mudança de comportamento, obediência e disciplina. Todavia, as estratégias indutivas são caracterizadas por alcançar o propósito disciplinar mostrando para as crianças as consequências de seus comportamentos e chamando a atenção para as regras da situação. Já as estratégias coercitivas são caracterizadas pela utilização da força ou uso de ameaças, tais como, punição física, privação de afetos, de cuidados e de privilégios. Essas estratégias têm o controle das crianças mediante os atos punitivos dos pais.

Pode-se observar que na dinâmica familiar há dois aspectos de suma importância que concorrem para o ajustamento comportamental de seus membros, que são, a comunicação verbal e não verbal e as regras familiares (MONDIM, 2008).

Em referência as regras familiares, as circunstâncias de conflito que estas podem gerar na relação entre pais e filhos devem ter resultados positivos no desenvolvimento infantil. Para que isso aconteça, alguns fatores devem estar presentes, tais como níveis de afeto negativo, relativamente, baixos; uma única questão em disputa ou discussão; a presença de um foco e a existência de uma tentativa de resolver ou manejar o conflito (RABELO e NERI, 2005).

Sendo assim, Ceconello; Antoni; Koller (2003), estabeleceram que as práticas educativas indutivas têm por objetivo comunicar a criança à modificação de seu comportamento, induzindo-as à obediência. Práticas deste tipo envolvem explicações sobre as consequências do comportamento da criança. Explicações estas, referentes aos princípios e consequentemente as advertências morais, os valores, as regras, os apelos ao orgulho da criança

e ao amor que ela sente pelos pais. Envolvem também, explicações sobre os possíveis efeitos maldosos ou prejudiciais dos atos da criança para si mesma e para com os outros e sobre o seu relacionamento com as pessoas. Logo, a prática educativa indutiva se caracteriza por direcionar a atenção da criança para as demandas lógicas da situação e para as consequências de seu comportamento com as outras pessoas.

Portanto as práticas educativas são estratégias instituídas pelos pais para educar e orientar os filhos e tem a função de estabelecer normas para a socialização, bem como proporcionar o repertório adequado de comportamentos. Tornando-se, assim, importante ao desenvolvimento psicossocial da criança (RIOS; FERREIRA; BATISTA, 2016).

Entretanto existem práticas educativas que se caracterizam pela aplicabilidade direta da força dos pais. Essas práticas fazem uso da disciplina coercitiva que se utiliza diretamente no poder. Tais práticas incluem privação de privilégios, punição física e ameaças, levando a criança a adequar seu comportamento às reações punitivas dos pais. Estas práticas podem provocar emoções intensas, tais como: medo, hostilidade e ansiedade, interferindo, assim, na capacidade que a criança tem de ajustar seu comportamento à situação (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003).

Investigando os modelos utilizados para se compreender as práticas educativas parentais, vale dá destaque ao Modelo de Belsky. A proposta deste modelo é indicar um sistema com capacidade de integralizar diferentes visões para a compreensão deste fenômeno (as práticas educativas parentais), unindo três aspectos fundamentais, as particularidades dos pais, as particularidades dos filhos e as particularidades do contexto social. Este modelo tem sido caracterizado com propriedades preventivas, considerando que algumas relações provenientes destas dimensões, pais, filhos e contexto social, contribuem para o desenvolvimento psicossocial das crianças, que, por sua vez, ajudam a protegê-la e a reduzir a sua vulnerabilidade, tanto no que tange os seus aspectos psicológicos, como sua participação nos diversos contextos sociais. É importante salientar que este modelo se baseia na ecologia do desenvolvimento humano proposta por Bronfenbrenner (GRZYBOWSKI e WAGNER, 2010).

Na década de 70, Bronfenbrenner formulou e divulgou sua teoria sobre o desenvolvimento humano. Apresentando ao meio científico proposições importantes sobre como planejar e desenvolver pesquisas em ambientes naturais. A teoria ecológica de Bronfenbrenner apresenta possibilidades para investigar aspectos da pessoa em desenvolvimento, do ambiente que ela vive e dos processos interativos que produzem influências no seu próprio desenvolvimento, em específicos períodos de tempo. Para Bronfenbrenner as pesquisas anteriores, à sua teoria, somente, evidenciavam o indivíduo em

desenvolvimento focalizando apenas um ambiente restrito e estático, sem levar em consideração as diversas influências dos demais contextos pertencentes aos indivíduos (MARTINS; SZYMANSKI, 2004).

Um outro ponto importante referente à família, que tem sido objeto de pesquisas no que tange a transmissão de valores, normas e comportamentos, são os estilos parentais. Estilos parentais atribuem-se aos modelos integrais de particularidades da interação dos pais com os filhos em variadas circunstâncias, produzindo ambientes afetivos (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003).

Vários estudos têm se voltado de forma específica aos estilos parentais, isto é, às maneiras como os pais lidam com as questões de hierarquia, poder, bem como o suporte emocional na relação com seus filhos. A existência de pesquisas específicas integralizando os aspectos comportamentais e afetivos no processo de criação dos filhos têm comprovado a influência significativa que os estilos parentais exercem sobre as diversas áreas do desenvolvimento infantil, tais como ajustamento social, psicopatologia e desempenho escolar. Sendo assim, estilo parental é o cenário onde tudo acontece, onde são operados os esforços dos pais no processo de socialização dos seus filhos em conformidade com seus valores e crenças. Na verdade, o estilo parental pode ser compreendido como a atmosfera afetiva que perpassa as ações dos pais, cuja finalidade é tornar eficaz as práticas disciplinares específicas, bem como desenvolver a aptidão das crianças para a socialização (COSTA et al, 2000).

A literatura classifica os estilos parentais em três tipos: o estilo autoritativo, em que os pais procuram conduzir as atividades dos filhos através de reforços positivos com normas objetivas e coerentes; o estilo autoritário, aquele que os pais fazem o controle e a avaliação dos comportamentos dos filhos por intermédio de medidas rígidas e punitivas, causando deles uma baixa autonomia e o estilo permissivo onde os pais tendem a exigir poucas obrigações, aguardando que os filhos se regulem por si mesmo (CARDOSO; BATISTA, 2020).

Pais autoritativos são aqueles que procuram conduzir as atividades dos filhos de modo orientado e racional, dão prioridade ao diálogo, partilham com os filhos a lógica que está presente na maneira como eles agem, possibilitam à criança expor suas objeções quando a mesma se recusa a atender as orientações e desempenham um controle seguro nos aspectos divergentes, colocando suas experiências sem oprimir a criança. Já os pais autoritários moldam, fiscalizam e analisam o comportamento dos filhos baseados em regras e padrões rígidos e absolutos, valorizam a obediência como uma qualidade e concordam com medidas punitivas quando as atitudes das crianças não estão em consonância com suas ordens. E os pais permissivos são aqueles que se empenham em agir de forma não punitiva, mais receptiva diante

das atitudes dos filhos, mostrando-se para eles, como um meio efetivo de realização das suas vontades e não como um exemplo, nem como um instrumento responsável para orientar e formar seu comportamento (WEBER et al 2004).

Segundo Costa et al (2000), há estudos, que apresentam outro modelo para os estilos parentais, que, por sua vez, evoca a concepção de duas dimensões essenciais nas práticas educativas parentais, designadas como exigência e responsividade. A exigência parental compreende todas as formas de agir dos pais na busca em controlar o comportamento das crianças, determinando regras e estabelecendo limites. Já a responsividade parental são as atitudes compreensivas que os pais têm para com os seus filhos e tem por objetivo favorecer o desenvolvimento da autonomia e autoafirmação dos filhos, mediante a comunicação bidirecional e da ajuda afetiva.

Por sua vez Weber et al (2004), vem dizer que o modelo Baumrind a respeito dos tipos de controle parental, foi um divisor de águas nas pesquisas realizadas sobre a educação de pais e filhos, servindo de base para a conceitualização dos estilos parentais, onde encontram-se integrados os aspectos de comportamentos e afetos. De acordo com os autores, o modelo Baumrind indica o estilo parental autoritativo como referência positiva muito mais do que os estilos parentais permissivo e autoritário. Todavia, eles dizem que os estudiosos desta área, ao reorganizarem o protótipo anterior através das dimensões de exigência e responsividade estabeleceram o desmembramento do estilo parental permissivo em dois outros estilos, que são: o estilo indulgente e o estilo negligente. Sendo assim, as características de cada estilo puderam ser organizadas mediante estas duas dimensões, pais autoritativos são exigentes e responsivos; pais autoritários são exigentes e não responsivos; pais indulgentes são responsivos e não exigentes e pais negligentes não são exigentes e nem responsivos. Porém cabe aqui distinguir estilo parental negligente de negligência abusiva que é considerada, dentro na literatura referente aos maus tratos, uma violência contra a criança. Sendo assim, as diretrizes de estudo sobre estilos parentais incluiu, também, as famílias negligentes.

2.2 HABILIDADES SOCIAIS

Para compreender melhor o conceito de habilidades sociais, faz-se necessário, em primeiro lugar, conhecer o conceito de desempenho social e competência social. Sendo assim, desempenho social é a manifestação de comportamentos em circunstâncias sociais, desempenhos estes, apropriados ou não para a convivência. Já, competência social refere-se aos efeitos produzidos pelo desempenho social. Logo, por habilidades sociais compreende-se o

conjunto de comportamentos sociais que favorece um desempenho social positivo e que produz, para o indivíduo, resultados satisfatórios nas suas inter-relações, podendo cooperar com a sua competência social (SANTOS; WACHELKE, 2019).

Habilidades sociais são características referentes ao comportamento das pessoas que estão inseridas num contexto social com valores e normas bem definidas, influenciando a maneira como essas pessoas se relacionam. Portanto, para efetuar uma discussão sobre habilidades sociais, é necessário que elas se encontrem contextualizadas e com padrões de comunicações relativos a cada cultura. Daí se estabelece que habilidades sociais são diferentes categorias de comportamentos sociais que o indivíduo adquire, com a finalidade de que elas possam contribuir para sua competência social, promovendo um desenvolvimento harmonioso com as demais pessoas e possibilitando um grau elevado de comunicação e interação positiva e satisfatória (SANTOS e ANDRETTA, 2016).

Dessa forma, nas últimas décadas, muitos estudos têm surgido com a finalidade de distinguir e enumerar o conjunto das habilidades que podem ser classificadas como sendo indispensáveis para que o indivíduo possa ter uma atuação social qualificada. Uma pesquisa realizada, nos anos 70, classificou cento e trinta e seis classes de habilidades sociais essenciais à criança, “agrupando-as em quatro conjuntos: (a) relação consigo própria; (b) relação com o ambiente; (c) relação com tarefas; (d) relação com outras pessoas” (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2017, p. 42). Dez anos depois, outras pesquisas foram realizadas. Desta vez estabeleceu-se novos agrupamentos de habilidades sociais que as crianças deveriam adquirir. E sessenta habilidades foram selecionadas e agrupadas em cinco grandes grupos, exemplificadas com algumas das suas respectivas subclasses (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2017).

sobrevivência em sala de aula (ouvir, pedir ajuda, agradecer, terminar tarefas, seguir instruções, contribuir nas discussões, perguntar);
 fazer amizade (apresentar-se, iniciar e terminar conversação, juntar-se a um grupo, pedir favor, oferecer ajuda, cumprimentar e aceitar cumprimento);
 lidar com sentimentos (reconhecer e expressar os próprios sentimentos, expressar compreensão dos sentimentos dos colegas, expressar interesse pelos demais, lidar com a própria raiva e a raiva dos interlocutores, lidar com o medo);
 alternativas à agressão (manifestar autocontrole, pedir permissão, lidar com críticas, aceitar consequências, negociar);
 lidar com stress (enfrentar os aborrecimentos, fazer e responder a queixas, mostrar “espírito esportivo”, lidar com a vergonha e fracassos, dizer e aceitar o “não”) (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2017, p. 42).

Muitos trabalhos têm sido realizados no decorrer nos últimos anos referentes às habilidades sociais. De acordo com Gutierrez e Monteiro (2019), habilidades sociais compreende-se o repertório de comportamentos que devem estar presentes nas relações sociais cotidianas. Esses comportamentos são essenciais para o indivíduo, pois favorecem uma boa

interação social dentro do contexto onde ele encontra-se inserido. Sobre estes comportamentos sociais pode-se destacar, defender seus direitos, desculpar-se, enfrentar críticas, expressar opiniões, afetos e descontentamento, fazer e aceitar elogios, fazer e recusar pedidos, iniciar e manter diálogos, solicitar que o outro reveja seu comportamento.

Todavia, na década de 90, observando a diversidade de habilidades sociais já referenciadas em diversas pesquisas, dois pesquisadores norte-americanos efetuaram um exame detalhado em vinte e uma pesquisas que envolviam crianças. Obtendo assim, a classificação de habilidades, mais comumente analisadas, em cinco classes, descrevendo-as e exemplificando-as (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2017).

Relação com companheiros (habilidades que demonstram positividade com colegas, tais como: cumprimentar, elogiar, oferecer ajuda ou assistência, convidar para jogo ou interação);

autocontrole (habilidades que demonstram ajustamento emocional tais como: controlar humor, seguir regras, respeitar limites, negociar, lidar com críticas, tolerar frustrações);

sociais acadêmicas (habilidades para trabalhar de forma independente e produtiva na sala de aula, orientando-se para a tarefa e para seguir instruções);

ajustamento (habilidades cooperativas, tais como: seguir regras e comportar-se de acordo com o esperado, usar apropriadamente o tempo livre, compartilhar coisas e atender pedidos);

asserção (habilidades expressivas, tais como: iniciar conversação, aceitar elogios, fazer convites) (DEL PRETTE e DEL `PRETTE, 2017, p. 43-44).

Logo, a criança que tem um repertório satisfatório de habilidades sociais possui um maior número de escolhas num conjunto de recursos e pode selecioná-las para estabelecer boas relações com seus iguais, bem como boas relações com os adultos. O desenvolvimento deste repertório pode ser convertido em relações interpessoais eficazes (PEREIRA, 2016).

Entretanto, apesar da grande repercussão dos estudos acerca das habilidades sociais, no Brasil são poucas as pesquisas que identificam e promovem as habilidades sociais infantis. Os autores Del Prette e Del Prette (2017), ao mencionarem uma pesquisa cujo foco era a dificuldade de publicação de habilidades sociais típicas ao ambiente escolar, embora não exclusivas a este contexto; apontam quatro grupos de habilidades sociais com suas respectivas subclasses.

Empatia e civilidade (habilidades de expressão de sentimentos positivos de solidariedade e companheirismo ou de polidez social, por exemplo: fazer e agradecer elogio, oferecer ajuda e pedir desculpas);

assertividade de enfrentamento (habilidades de afirmação e defesa de direitos e de autoestima, com risco potencial de reação indesejável por parte do interlocutor, por exemplo: solicitar mudança de comportamento, defender-se de acusações injustas e resistir à pressão do grupo);

autocontrole (habilidades de controle emocional diante de frustração ou de reação negativa ou indesejável de colegas, por exemplo: recusar pedido de colegas, demonstrar espírito esportivo e aceitar gozações);

participação (habilidades de envolver-se e comprometer-se com o contexto social mesmo quando as demandas do ambiente não lhes são especificamente dirigidas, por

exemplo: responder à pergunta da professora, mediar conflitos entre colegas e juntar-se a um grupo em brincadeiras) (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2017, p. 44).

É importante dizer que quando se faz referência às habilidades sociais, elas são vistas como um elemento que coopera para que haja um desempenho social qualificado, ou seja, que proporcione ao indivíduo a capacidade de estruturar pensamentos, emoções e reações diante das mais diversas situações. Dessa forma, é de suma importância levar em consideração que grupos sociais particulares, apresentam formas e premências individuais para se interagir. Portanto, faz-se necessário que as pesquisas atendam estas especificidades (ROVARIS e BOLSONI-SILVA, 2020).

De toda forma, as descobertas de múltiplas categorias e subcategorias, agregando grupos de habilidades vieram reconhecer que os conceitos de habilidades sociais e competência social possuem uma multidimensionalidade. Indicando assim, a necessidade de avaliações que contemplassem essas diversas dimensões. Portanto, como modelo de uma proposta de classes de habilidades sociais partindo de estudos empíricos, com exemplares amplos, podemos mencionar a utilização do processo de avaliação de habilidades sociais que resultou nas cinco classes, apresentadas (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2017).

cooperação (ajudar outros, compartilhar materiais, seguir regras e instruções);
asserção (pedir informações, apresentar-se, reagir a ações injustas de outros, convidar para atividades);
responsabilidade (pedir ajuda a adultos, solicitar permissão para utilizar objetos de colegas, identificar a pessoa certa para informar sobre incidente);
empatia (mostrar interesse e respeito aos sentimentos e pontos de vista de outros);
autocontrole (responder apropriadamente a críticas ou brincadeiras, lidar com situações de conflito ou pressão) (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2017, p. 44)

Segundo Pereira (2016), habilidades sociais são classes de comportamentos que contribuem para a efetivação da competência social, tornando os contatos do indivíduo com terceiros mais produtivos. Tais habilidades podem resultar em um desempenho competente para o indivíduo que as apresente.

A análise destes estudos mostrou que o repertório de habilidades sociais a ser desenvolvido pela criança é muito diversificado. Entretanto, tendo como base as habilidades pesquisadas e examinadas e, levando em conta os problemas interpessoais mais presentes nas crianças, bem como as demandas evidentes nos mais variados contextos, foi proposto um sistema de sete classes, analisadas como sendo prioritárias ao desenvolvimento interpessoal infantil. Essas classes de habilidades sociais compreendem essencialmente alguma justaposição em seus elementos, bem como relações complementares entre si. Isso acontece por se referirem a conjuntos bem definidos com alguma particularidade no que se refere as demandas e comportamentos (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2017).

autocontrole e expressividade emocional (reconhecer as emoções próprias e dos outros, controlar a ansiedade, falar sobre emoções e sentimentos, acalmar-se, lidar com os próprios sentimentos, controlar o humor, tolerar frustrações, mostrar espírito esportivo, expressar as emoções positivas e negativas);
 civilidade (cumprimentar pessoas, despedir-se, usar locuções como: por favor, obrigado, desculpe, com licença, aguardar a vez para falar, fazer e aceitar elogios, seguir regras ou instruções, fazer perguntas, responder perguntas, chamar o outro pelo nome);
 empatia (observar, prestar atenção, ouvir e demonstrar interesse pelo outro, reconhecer/inferir sentimentos do interlocutor, compreender a situação (assumir perspectiva), demonstrar respeito à diferença, expressar compreensão pelo sentimento ou experiência do outro, oferecer ajuda, compartilhar);
 assertividade (expressar sentimentos negativos (raiva e desagrado), falar sobre as próprias qualidades ou defeitos, concordar ou discordar de opiniões, fazer e recusar pedidos, lidar com críticas e gozações, pedir mudança de comportamento, negociar interesses conflitantes, defender os próprios direitos, resistir à pressão de colegas);
 fazer amizades (fazer perguntas pessoais; responder perguntas, oferecendo informação livre (autorrevelação); aproveitar as informações livres oferecidas pelo interlocutor; sugerir atividade; cumprimentar, apresentar-se; elogiar, aceitar elogios; oferecer a ajuda, cooperar; iniciar e manter conversação (“enturmar-se”); identificar e usar jargões apropriados);
 solução de problemas interpessoais (acalmar-se diante de uma situação – problema; pensar antes de tomar decisões, reconhecer e nomear diferentes tipos de problemas; identificar e avaliar possíveis alternativas de solução; escolher, implementar e avaliar uma alternativa; avaliar o processo de tomada de decisão);
 habilidades sociais acadêmicas (seguir regras ou instruções orais, observar, prestar atenção, ignorar interrupções dos colegas, imitar comportamentos socialmente competente, aguardar a vez para falar, fazer e responder perguntas, oferecer, solicitar e agradecer ajuda, buscar aprovação por desempenho realizado, elogiar e agradecer elogios, reconhecer a qualidade do desempenho do outro, atender pedidos, cooperar e participar de discussões (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2017, p. 46).

De acordo com Santos e Wachelke (2019), os pais são os maiores exemplos de comportamentos para os filhos; os cumpridores por fazerem uso de suas próprias habilidades sociais para orientar as crianças a se manifestarem, sinalizando, de forma assertiva, os comportamentos desejáveis e indesejáveis dos filhos. Estas ações podem ocorrer através de elogios, quando o comportamento for positivo e requisitando modificações para os comportamentos não desejáveis.

Diversos autores começaram a conduzir e nortear pesquisas que empregavam a noção de habilidades sociais dos pais, como elementos de interação, práticas positivas e estratégias educativas para com seus filhos. Sendo assim, em uma dessas pesquisas concluiu-se que habilidades sociais educativas parentais é o conjunto das habilidades sociais dos pais na prática educativa positiva dos filhos. Tais práticas abarcam a monitoria positiva, isto é, comportamentos dos pais que presta ajuda na transmissão de valores e habilidades, tais como, empatia, solidariedade, senso de justiça, que por sua vez inviabilizam o comportamento antissocial. Ou seja, comportamentos parentais que envolvem atenção para à situação de seus filhos, para suas atividades, suas formas de adaptação e seus comportamentos morais (SANTOS; DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2018).

Segundo Rovaris; Bolsoni-Silva (2020), as habilidades sociais educativas parentais apresentam características específicas e importantes na interação entre pais e filhos, e se constitui em conjunto de habilidades sociais adequadas à prática educativa dos filhos e podem ser ordenadas em três categorias: afeto, comunicação e limites. Logo, as habilidades sociais educativas parentais prestam ajuda na relação dos pais com os filhos, proporcionando a utilização de práticas educativas menos coercitivas e com maior assertividade diante das demandas apresentadas pela criança.

Dentro do contexto familiar as habilidades sociais educativas parentais compreendem, determinar limites e promover o diálogo; proferir opiniões e demonstrar sentimentos positivos ou negativos; requisitar a modificação de comportamentos; ser fidedigno às promessas; consenso dos cônjuges referente a educação dos filhos e saber pedir desculpe, quando necessário. As habilidades sociais educativas parentais incluem as práticas educativas e servem de ajuda para a identificação das habilidades sociais infantis, bem como para a análise dos comportamentos positivos e negativos, para que possam ser, respectivamente, elogiados ou modificados. É importante dizer que os pais que possuem habilidades sociais sabem utilizá-las como estratégia educativa de monitorização positiva e de conduta moral. Portanto as habilidades sociais educativas são um conjunto de aptidões usadas com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, em contextos formais e informais (SANTOS; WACHELKE, 2019).

Vale destacar que o processo de aprendizagem infantil envolve todos os sentidos da criança, como, visão, audição, tato, olfato e paladar. E que as descobertas, bem como a aprendizagem que as crianças adquirem a partir das suas próprias explorações são mais suscetíveis de serem aproveitadas e tendem a ser mais bem retidas do que os fatos meramente memorizados. Sendo assim, as etapas mais significativas da aprendizagem infantil são, o ato de explorar, experimentar e assimilar. Ato, estes, os quais, a criança faz isso de forma natural e espontânea. Todavia muito significativo. Devido a oportunidade que ela tem de descobrir, por si mesma, as relações que os objetos possuem, transformando-os e fazendo novas combinações a partir de instrumentos adequados à sua própria identidade (VASCONCELOS et al, 2003).

Outro fator importante é que o desenvolvimento das habilidades sociais na infância é essencial para que a criança possa adquirir um repertório de comportamentos adequados para seu desempenho social. A possibilidade de aprender e desenvolver tais habilidades podem ser efetuada através do processo de socialização (PEREIRA, 2016).

Segundo Del Prette e Del Prette (2017), a socialização é uma das etapas mais importantes do desenvolvimento infantil. Ela é caracterizada pelo aumento e aperfeiçoamento

do repertório de comportamentos sociais, bem como pela compreensão gradativa das regras e valores que estabelecem o movimento da vida em sociedade. É importante dizer que a aprendizagem das habilidades sociais acontece de forma continuada no decorrer da vida da criança, possibilitando, assim, a superação dos déficits ou das dificuldades ocasionais.

Desta forma a contribuição das habilidades sociais do processo de aprendizagem infantil é a mola mestre capaz de envolver a criança nos diversos processos de seu desenvolvimento (GOMES, 2016).

2.3 INTERRELAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS NA INFÂNCIA

A família é o primeiro universo ao qual a criança participa de forma ativa, interagindo com os demais membros através das relações face-a-face. Estas interações, a princípio acontecem de forma diádica, na relação da mãe com o filho, por exemplo. E vão se ampliando, gradativamente, dentro do ambiente familiar, formando através deste sistema, diversos subsistemas, tais como, a relação pai e filho e a relação entre irmãos. A família com a qual a criança interage de forma direta é nomeada de microsistema. O microsistema familiar é a maior fonte de afeto, proteção, apoio, segurança e bem-estar que a criança pode ter. É nele que a criança exerce papéis, vivência situações, pratica atividades, expressa sentimentos e desenvolve habilidades. Dentro dele, a criança tem, também, a oportunidade de desenvolver o senso de permanência e de estabilidade. O senso de permanência se dá através dos rituais e das rotinas familiares, e está relacionado com a percepção que a criança tem, de que elementos centrais das suas experiências são estáveis e se mantêm organizados. Já o senso de estabilidade acontece através do sentimento de segurança, quando os pais fornecem aos filhos, a confiança de que não haverá rompimentos ou rupturas, mesmo que sobrevenha situações conflituosas. O objetivo principal da garantia da permanência e estabilidade é promover o bem-estar dos membros, fazendo com que a família funcione como um sistema integrado (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003).

É importante salientar que com o crescente desenvolvimento das civilizações, o termo família passou a designar grande número de indivíduos unidos pela consanguinidade oriundos de uma mesma árvore genealógica. Mas, com o decorrer do tempo, este vocábulo passa a reportar-se a menos membros familiares, constituídos a partir do enlace matrimonial entre um homem e uma mulher, sendo convalidado, sobretudo, pela Igreja (VIANA, 2017).

Todavia a Carta Constitucional permitiu o reconhecimento de instituições familiares com a mesma proteção jurídica estabelecida no matrimônio, que até outrora se fundamentava necessariamente no casamento, modificando a compreensão do direito de família, de forma revolucionária, alargando assim o seu conceito. Sendo assim, a Constituição Federal, no *caput* do seu artigo 226, normatiza a realidade, que milhares de famílias brasileiras já vivenciavam, na medida que reconhece que a família é um acontecimento natural, e o casamento uma solenidade, adequando, por este conceito, o direito as necessidades e aos anseios da sociedade, que passa a receber proteção do estado não somente a família originada do casamento, mais, também, qualquer outra manifestação de afeto, como a união estável e a família monoparental, constituída está na comunidade de qualquer um dos pais e sua descendência (RODRIGUES, 2009).

Segundo Carmo (2007), a totalidade em uma relação familiar está relacionada com a junção de seus integrantes, o campo relacional, as interações e o contexto. Segundo a autora, estas interações não resultam simplesmente da adição de elementos, mas da conexão presente, onde o todo é significativo e importante.

Diversos estudos em Psicologia referentes à família têm destacado a importância da interação parental e das práticas educativas adotadas pelos pais a respeito do desenvolvimento infantil. A literatura referente ao tema reconhece duas áreas distintas na interação de pais e filhos, as práticas educativas e os estilos parentais (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003).

De acordo com as pesquisas realizadas sobre as relações parentais e suas consequências no desenvolvimento infantil percebe-se uma complexa rede de variáveis multideterminantes nestas inter-relações. Dentre as variáveis que compõem esta rede, pode-se destacar as práticas educativas, as habilidades sociais e os déficits de habilidades. Estes três constructos são mostrados pela literatura como inter-relacionados e estão no propósito do entendimento das probabilidades comportamentais encontradas no contexto familiar (ROVARIS e BOLSONI-SILVA, 2020).

Sendo assim, na década de 90, foi elaborada uma revisão histórica cuja finalidade era a de buscar o conhecimento sobre os efeitos que a parentalidade exerce sobre o desenvolvimento das crianças, bem como compreender como os componentes das práticas parentais se articulavam a ponto de influenciar o desenvolvimento infantil (MONTANDON, 2005).

É importante dizer que por parentalidade se entende o conjunto de comportamentos provenientes das figuras parentais, com a finalidade de promover o desenvolvimento infantil

de forma mais plena possível, utilizando para tal, as estratégias que eles (os pais) dispõem dentro ou fora da família (BRÁS, 2008).

Logo, faz-se necessário que se compreenda os distintos padrões presentes na relação entre pais e filhos e os resultados destes padrões sobre o desenvolvimento infantil. Pois há diversas pesquisas que admitem a tese de que as práticas educativas ineficazes, principalmente a dos pais, são determinantes primários na aquisição de comportamentos antissociais. Propiciando a aquisição de condutas disruptivas pela falta de uma disciplina efetiva dos pais, levando, assim, ao aumento das interações coercivas entre a criança e seu progenitor. Entretanto, o ambiente familiar também pode ser favorável ao desenvolvimento e ao treinamento de comportamentos adaptativos nas crianças, principalmente, porque é na convivência com os pais que os comportamentos sociais infantis são instituídos. Sendo, portanto, os pais os agentes mais efetivos na vida dos filhos para a aquisição de comportamentos socialmente aceitáveis (MELO e SILVARES, 2003).

Vale ressaltar que as interações presentes nos diversos contextos sociais podem ser ensinadas, aprendidas e assimiladas em qualquer que seja a situação e tem a capacidade de envolver a dimensão pessoal, contextual e cultural da criança. São estas dimensões que possibilitam a capacidade de tornar amplo os relacionamentos que a criança estabelece com as demais pessoas, nos diversos ambientes que ela participa, seja de forma direta ou indireta (GOMES, 2016).

Para tanto, existem três características fundamentais que devem estar presentes nas relações familiares, a reciprocidade, o equilíbrio de poder e o afeto. Em qualquer relação, o que uma pessoa faz influencia a outra, e vice-versa, isto caracteriza a reciprocidade. Contudo, mesmo que as relações sejam assim caracterizadas, um dos participantes pode ser mais influente do que o outro. A condição em que, numa relação, A é mais influente que B pode ser confortavelmente aceita, desde que se apresente de forma harmoniosa; isto é definido como equilíbrio de poder. Entretanto para que esta situação seja caracterizada como saudável ao desenvolvimento infantil é preciso que, gradualmente, o equilíbrio de poder se altera em favor da criança em desenvolvimento, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades. Além da reciprocidade e do equilíbrio de poder, o afeto é outra característica que desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento infantil. Logo quanto mais positivas e afetuosas forem as relações familiares, maior a probabilidade da criança se desenvolver (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003).

Segundo Rios; Ferreira; Batista (2016), os pais devem proporcionar um ambiente incentivador e ao mesmo tempo seguro para que os filhos se desenvolvam. Bem como oferecerem aos filhos, afeto, cuidados, educação, segurança e bem-estar

Para uma criança pequena, a participação em uma díade lhe dá a oportunidade de aprender a lidar com as relações de poder. Todavia, se na relação que se estabelece entre os pais e a criança, o afeto, a reciprocidade e o equilíbrio de poder não estiverem presentes, o desenvolvimento da criança pode sofrer prejuízos e comprometer as relações que ela virá a estabelecer, posteriormente, com outras pessoas. É importante salientar que as relações de poder dentro da família influenciam amplamente as práticas educativas parentais e os estilos parentais (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003).

Sendo assim, na busca de uma explicação abrangente da família, de suas influências sobre o desenvolvimento infantil e de como ela molda o comportamento dos indivíduos, a Teoria dos Sistemas Ecológicos (apresentada, inicialmente, como Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner) propõe que o esclarecimento e a intervenção do desenvolvimento humano deve acontecer através do exame detalhado de quatro grandes dimensões conceituais, Tempo, Pessoa, Processo e Contexto. Estas dimensões devem estar presentes e atuarem de forma dinâmica na vida cotidiana do indivíduo (ALVES, 2002).

Logo, a proposta da Teoria dos Sistemas Ecológicos pela qual a família deve ser, primordialmente, um sistema ao qual as relações são recíprocas e com equilíbrio de poder é contrária as medidas punitivas, que na sua grande maioria revela-se pela imposição, caracterizando um estilo parental autoritário. De acordo com a literatura, a aplicabilidade deste tipo de punição, especialmente quando se refere a uma punição física, com propósito de ser uma prática disciplinar tem sido vista como estratégia prejudicial ao desenvolvimento da criança. Para os teóricos deste assunto, tal prática está fundamentada no uso abusivo do poder que os pais têm sobre os filhos. Todavia é importante salientar que a expressão do comportamento parental pode sim, apresentar afetividade, responsividade e autoridade. Pois até mesmo ao utilizar uma medida coercitiva sobre o comportamento de uma criança os pais podem estimular o exercício da autonomia desta criança, demonstrando por ela cuidado e afeto (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003).

Já que, espaços sociais como a família são determinantes para o desenvolvimento de aptidões e competências infantis e fundamentais para os estágios posteriores do desenvolvimento infantil. Todavia, outros aspectos estruturais, de caráter demográfico e socioeconômicos, tais como, configuração familiar, poder aquisitivo ou nível de escolaridade podem influenciar o tipo de experiência vivenciada pelas crianças e, portanto, o padrão de seu

desenvolvimento. Desta forma, o bem-estar das crianças não pode ser avaliado sem que o ambiente familiar, ao qual elas fazem parte seja amplamente investigado (MACANA; COMIM, 2015).

Para Vieira (2016), a presença atuante da família no processo do desenvolvimento das habilidades sociais infantis, quando efetuada desde cedo e de forma contínua, traz muitos benefícios e grandes possibilidades em relação ao seu futuro. A família que procura compreender o processo do desenvolvimento infantil, pode obter um melhor conhecimento sobre as interações que acontecem com as crianças dentro dos mais variados contextos. É importante ressaltar que é através efetivação dessas interações que bons resultados são produzidos para além daquilo que se pode pressupor as pessoas e que vão acompanhar as crianças por toda a sua existência; sendo assim, um fator relevante para a sociedade. De acordo com a autora, existem outros fatores importantes e que geram bons resultados da construção das habilidades sociais infantis, como, a qualidade das escolas, os recursos disponíveis e as funções da aprendizagem. Porém, os resultados por eles produzidos são parcialmente menores do que os resultados relacionados à família. De mais a mais a atuação familiar no processo de desenvolvimento das habilidades sociais infantis é o maior responsável em propiciar aos filhos as escolhas mais saudáveis durante a vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação pais e filhos tendem trazer discussões infundadas. Falar sobre as práticas educativas parentais e suas influências no desenvolvimento das habilidades sociais na infância é fazer alusão as concepções que os pais têm referente a criação de seus filhos. Conhecer essas concepções é ter acesso às diferentes práticas educativas parentais e os efeitos que essas práticas parentais podem exercer no desenvolvimento infantil, dentro ou fora do contexto familiar.

A família, geralmente, é a primeira instituição com a qual as crianças, mantêm contato, estabelecem relações, aprendem e desenvolvem, afetos, habilidades, valores e normas. A família é responsável pela educação, pela socialização e pelo desenvolvimento infantil. Logo é de fundamental importância investigar se as práticas educativas parentais utilizadas pelos pais estão se apresentando como um conjunto de condutas eficazes, dentro deste nicho de possibilidades, que é a família. Bem como investigar se as práticas educativas estão sendo capazes de proporcionar às crianças, a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades sociais, que as torne aptas a atuarem em outros contextos sociais, além do familiar.

De acordo com a literatura, a aplicabilidade das estratégias indutivas, utilizadas pelos pais, especialmente quando se referem ao aprendizado das habilidades sociais, e que tem a finalidade de educar os filhos para torná-los capazes de conviverem em sociedade, tem sido vista como uma estratégia favorável ao desenvolvimento infantil. Outro ponto, também reconhecido pela literatura é que a interação entre pais e filhos abrangem duas dimensões importantes, que são as práticas educativas parentais e dos estilos parentais. E que as habilidades sociais educativas proporcionam aos pais melhor desempenho e competência na promoção do desenvolvimento infantil, agindo de forma mais assertiva e utilizando práticas educativas menos coercitivas diante das demandas apresentadas pela criança. Bem como enfatiza a importância das habilidades sociais educativas parentais como influência e reflexo nas habilidades sociais infantis.

Conclui-se, então, a importância de reiterar para o mundo ocidental contemporâneo, através na promoção constante de novas pesquisas que a família, enquanto primeiro referencial na construção dos afetos e protótipo para a aprendizagem, se constitui como o contexto mais indicado para o desenvolvimento infantil. Além do mais, a atuação da família no processo de educar, socializar e desenvolver as habilidades sociais infantis é a maior responsável em proporcionar às crianças as alternativas mais benéficas para sua existência. Fazendo com que as crianças possam gerir suas escolhas, valendo-se de seus próprios meios, sem, contudo, que os pais deixem de demonstrar a elas, seus afetos, cuidados e proteção.

É importante salientar que ao término desta pesquisa foi possível atingir os objetivos propostos, bem como responder ao problema levantado. Abrindo assim, a possibilidade de galgar, futuramente, mais um degrau de conhecimento teórico científico a partir desta obra, dando ênfase aos déficits de habilidades sociais como indicativo de problemas a nível clínico para as crianças.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. B. Infância, tempo e atividades cotidianas de crianças em situação de Rua: As contribuições da teoria dos sistemas ecológicos. 2002. **Tese de Doutorado do curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento**. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul.

BRÁS. P. M. F. Um olhar sobre a parentalidade (estilos parentais e aliança parental) à luz das transformações sociais actuais. 2008. **Mestrado Integrado em Psicologia**. Secção de Psicologia Clínica e da Saúde Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica da Universidade de Lisboa

CARDOSO, H. F.; BAPTISTA, M. N. **Psicologia de família: Teoria, Avaliação e Intervenção**. 2020. Artmed. 2ª edição. Porto Alegre. Rio Grande do Sul.

CARMO, M. Configurações familiares: um novo paradigma. 2007. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological**. Goiânia. Redalyc.org. acessado em 09 de junho de 2020.

CASSONI, C. Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica da literatura. 2013. **Dissertação de mestrado**. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto.

CECCONELLO, A. M.; ANTONI, C. De; KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. 2003. **Psicologia em Estudo**, v. 8, num. esp. Maringá

COSTA, F. T.; TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Responsividade e Exigência: Duas Escalas para Avaliar Estilos Parentais. 2000. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. 2017. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro.

GOMES, R. M. As aptidões sociais na infância: identificar para intervir. 2016. **Interações**. Nº 42, pp. 70 – 95. Universidade de Aveiro.

GUERRA, L. L.; DEL PRETTE, Z. P. Habilidades sociais educativas de cuidadores de crianças institucionalizadas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. 2018. Rio de Janeiro, 70 (3): 98-112.

GUTIERRES, M. F.; MONTEIRO, C. F. B. Habilidades sociais na infância. 2019. **Revista Uningá**, v. 56, n. S1, p. 118 – 129. Maringá

MACANA, E. C.; COMIM, F. Avaliação do desenvolvimento infantil e a influência da família: uma análise a partir do modelo de equações estruturais MIMIC. 2016. **Ano do XLIII Encontro Nacional de Economia**. RS. Anpec.org.br. acessado em 10/04/2020.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. 2004. **Estudos e pesquisas em Psicologia**. UERJ. Ano 04, nº01, 1º semestre. Rio de Janeiro.

MELO, M. H. S. e SILVARES, E. F. M. Grupo cognitivo-comportamental com famílias de crianças com déficits em habilidades sociais e acadêmicas. 2003. **Temas em Psicologia da SBP**, Vol. 11, no 2. Universidade de São Paulo. São Paulo.

MONDIN, E. M. C. Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. **Psicologia argumento**, 2008. periódicos.pucpr.br. Paraná

MONTANDON, C. As Práticas Educativas Parentais e a Experiência das Crianças. **Educação e Sociedade**, 2005. Campinas.

OLIVEIRA, D.; SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D.; LOPES, R. C. S. Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. 2008. **Interação em Psicologia**, 12(1), p. 87-98. Curitiba.

PEREIRA, B. R. O desenvolvimento do repertório de habilidades sociais infantis sob influência dos repertórios parentais: uma análise sobre o comportamento verbal e o aprendizado contingencial. 2016. **Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento Especialização em Terapia Analítico Comportamental Infantil**. Brasília

RABELO, D. F.; NERI, A. L. Tipos de configuração familiar e condições de saúde física e psicológica em idosos. *Cadernos de Saúde Pública*, 2015. São Paulo. **SciELO Public. Health**.

RODRIGUES, P. M. A. A nova concepção de família no ordenamento jurídico brasileiro. 2009. **Revista âmbito jurídico**. vol. 69. São Paulo.

ROVARIS, J. A.; BOLSONI-SILVA, A. T. Práticas educativas maternas e repertórios comportamentais infantis: um estudo de comparação e predição. 2020. **Revista de Psicologia**. Vol. 38, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Brasil

RIOS, J. B. S.; FERREIRA, D. F.; BATISTA, E. C. Práticas educativas e estilos parentais: uma revisão bibliográfica da literatura brasileira. **Revista UNIABEU**. 2016 Belford Roxo. Rio de Janeiro.

SANTOS, E. B. e WACHELKE, J. Relações entre habilidades sociais de pais e comportamento dos filhos: uma revisão da literatura. 2019. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João Del-Rei.

SANTOS, J. V.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais educativas: revisão sistemática da produção brasileira. 2018. Universidade Federal de São Carlos. **Avances en Psicología Latino-americana**. Vol. 36(1). Bogotá. Colômbia.

SANTOS, L. V. G.; ANDRETTA, I. Habilidades sociais e variáveis sociodemográficas em crianças com idade escolar: um estudo descritivo. 2016. **Temas em Psicologia**. vol. 24, núm. 3 pp. 1129 – 1138. Sociedade Brasileira de Psicologia. Ribeirão Preto, Brasil

VASCONCELOS, C.; PRAIA, J. F.; ALMEIDA, L. S. Teorias de aprendizagem e o ensino/aprendizagem das ciências: da instrução à aprendizagem. 2003. **Psicologia Escolar e Educacional**. Vol. 7, nº 1.

VIANA, A. R. Do conceito de família: Estado x Religião. 2017. **Revista In Totum**, v. 4, n. 2.

VIEIRA, L. M. Impacto das práticas parentais no desempenho acadêmico das crianças. 2016. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

WEBER, L. N. D.; PRADO, P. M.; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. 2004. **Psicologia: reflexão e crítica**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Paraná.